
Desarmamento: uma questão de vida

JOSEPHINE BOURGOIS

Armas pequenas e leves são as verdadeiras armas de destruição em massa. O seu impacto real, e o seu uso mais freqüente, conferem a elas um perigo muito maior do que aquele representado pelas armas bélicas convencionais como tanques, aviões de combate ou barcos de guerra.

Devido a seu tamanho, sua acessibilidade, seu baixo custo e sua durabilidade, as armas pequenas se tornaram uma das maiores causas de mortes no mundo: segundo publicação internacional, Small Arms Survey 2005, 300 000 pessoas morrem cada ano por armas de fogo. Desses, 100 000 morrem em conflitos armados, e 200 000 morrem em homicídios, crimes, suicídios e acidentes, ou seja fora de um contexto de guerra. Nesse quadro o Brasil é o campeão mundial de mortes por armas de fogo. O Ministério da Saúde informa que, em 2002, 38.088 pessoas morreram a tiros no Brasil. Morre-se mais por arma de fogo no Brasil do que em acidentes de trânsito. As armas de fogo são responsáveis por 64% dos homicídios no Brasil e são a primeira causa de mortes para jovens do sexo masculino de 14 a 29 anos. No Rio de Janeiro as taxas de homicídios para essa população são de 239 /100 000, ou seja, 20 vezes mais que nos estados Unidos e 2 000 vezes mais que no Japão. Desemprego, pobreza e corrupção existem em várias nações, e elas não são violentas. O que o Brasil tem que os outros não têm é a facilidade com que se compra uma arma e se mata uma pessoa.

A presença de uma arma em si não basta para causar a violência, mas a arma pode, sim, modificar a natureza da violência tornando-a letal e irreversível. A arma de fogo não é a causa, mas é o principal vetor da violência: da mesma maneira que o mosquito transmite a dengue, a arma é o veículo da violência espalhando essa epidemia para populações vulneráveis.

Apesar de ser comprovado o impacto das armas de fogo na saúde pública ainda existem obstáculos culturais para desarmar a população. Existem conceitos que repetimos sem questionar e que tem sua origem em experiências individuais ou coletivas. São enraizados na opinião pública que os usa para valorizar as armas. Para trabalhar a favor do desarmamento é necessário romper com esse senso comum.

Por exemplo, há uma forte tradição institucional no uso de métodos repressivos como a única forma de controlar as transgressões à lei. Em muitos setores sociais é possível constatar a existência de um sentimento de apoio a pena de morte: “bandido bom é bandido morto”. Também pela falta de confiança nas instituições, pela sensação de insegurança, associada a fatores sócio-culturais, se mantém a idéia que vincula a posse de arma à garantia de segurança pessoal. As armas são vistas como ferramenta de autodefesa contra o crime, para proteger a si mesmo, a família e a propriedade.

E ainda há a idéia, oriunda do lobby norte-americano das armas, de que “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”. Estabelece-se aí uma falsa distinção entre armas nas mãos de “cidadãos de bem” e armas nas mãos dos “bandidos”. As pesquisas têm mostrado uma realidade bastante distinta. O acesso a uma arma de fogo, seja por quem for, multiplica a letalidade dos conflitos – uma simples rusga doméstica pode culminar em um homicídio, por exemplo. E as armas adquiridas para defesa pessoal, por sua vez, têm muito mais chance de terminar nas mãos dos bandidos do que vir a ser utilizadas contra eles.

Armas feitas para matar, e por isso constituem um risco para todos e uma proteção para ninguém. Em casos de assalto com

arma de fogo, a vítima é quase sempre surpreendida pelo agressor e não tem tempo para reagir. Nesses casos, ter uma arma é muito mais um risco que uma ferramenta de defesa. Só nos filmes isso não acontece. Foi comprovado que a presença da arma em um assalto pouco diminui a probabilidade de que o assaltante complete o roubo da propriedade, embora aumente muito o risco da vítima ser ferida ou morta. Uma pesquisa do ISER – Instituto de Estudos da Religião, no Rio de Janeiro examinou os registros policiais de roubos durante um mês. Entre as pessoas que tentaram se defender do roubo a mão armada com arma de fogo, houve 180 vezes mais mortos que dentre os que não reagiram. Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança de São Paulo revela que “a parcela da população que possui arma de fogo corre um risco 56% maior de ser vítima fatal numa situação de roubo do que o restante da população que não possui arma”.

Por outro lado, possuir uma arma em casa pode aumentar o risco de suicídio para o proprietário ou para os membros da família. Famosa pesquisa do Professor Hemenway da Universidade de Harvard chegou à conclusão: “onde tem mais armas, tem mais suicídios”. Além disso, ter uma arma pode aumentar o perigo de acidentes, incluso letais, para o proprietário e outros membros da sua família.

A bem-conhecida investigação de Arthur Kellermann¹, publicada no respeitado “New England Journal of Medicine”, em 1993, resume essa situação revelando que “a família que tem uma arma de fogo em casa corre 4 vezes mais risco de que seja disparado um tiro de forma não intencional, 11 vezes mais risco de que seja instrumento de suicídio de que sirva para a autodefesa da própria família, 18 vezes mais risco de que a arma seja usada contra um membro da casa de que contra um invasor”.

1 Arthur Kellermann and Donald Reay. “Protection or Peril? An Analysis of Firearm Related Deaths in the Home.” *The New England Journal of Medicine*, vol. 314, no. 24, June 1986, pp. 1557-60.

Possuir uma arma pode elevar o risco de que seu proprietário cometa uma agressão de conseqüências graves ou fatais. Inclusive quando a pessoa comprou a arma com o desejo exclusivo de proteger-se, pode acabar perdendo a cabeça numa discussão doméstica e fazer uso da arma. Uma briga que poderia ter acabado num pequeno conflito pode ter um desfecho fatal se a arma de fogo é utilizada. Por outro lado, a pessoa que comprou uma arma de fogo para se defender também pode iniciar uma carreira criminal com ela num momento posterior.

Enfim, as armas constituem um risco para a sociedade: os confrontos com armas de fogo podem provocar um número muito maior de vítimas acidentais, as chamadas “balas perdidas”, que uma agressão com qualquer outro método tradicional. O levantamento da Polícia Civil mostra que uma pessoa morre a cada seis dias, no Estado do Rio de Janeiro, vítima de bala perdida.

Por esses motivos todos, desde 1993, o Viva Rio vem realizando atividades destinadas a reduzir a violência urbana nas cidades brasileiras através da inclusão social e de campanhas de desarmamento. As atividades destinadas a enfrentar os problemas associados à proliferação e o uso indevido de armas de fogo são realizadas em nível local, regional, nacional, e internacional, com três áreas de concentração:

Primeiro, a redução da demanda por armas. São atividades destinadas a conscientizar sobre os perigos das armas de fogo e diminuir o uso dessas armas por civis. Ao trabalhar pela redução da demanda e uso de armas, há de se levar em conta os diversos fatores e aspectos associados. É necessário fazer as seguintes perguntas: Por que existe a demanda de armas? Quais são os fatores que incitam os indivíduos a se armarem?

Interessante é observar uma campanha bem sucedida organizada pelo Viva Rio: a campanha das mulheres. Por estarem menos predispostas a terem uma arma e se manifestarem mais favoráveis a controles rígidos sobre posse de armas, as mulheres podem contri-

buir de forma determinante para reverter a cultura da violência e a relação com as armas.

As mulheres em geral, não gostam de armas. Aqueles que estudam a violência contra as mulheres afirmam que os homens usam as armas e as mulheres sofrem as conseqüências. A elas resta o sofrimento pela perda e a responsabilidade de manter o lar. As mulheres são as “segundas vítimas” das armas. Segundo esse entendimento, mais imunes a cultura machista, as mulheres sabem que as armas são mais um perigo do que uma proteção para a família. Portanto podem exercer um papel importante na construção de um novo conceito de masculinidade que não necessariamente está associado com a violência.

Com essa intenção o Viva Rio em 2001, iniciou a campanha “Arma não! Ela ou Eu” colocando as mulheres como protagonistas da campanha que trabalhou especialmente a questão da demanda, norteadas pelo conceito que a violência armada é uma doença masculina mas as mulheres são a cura!

A campanha do Viva Rio procurou motivar as mulheres a pressionarem seus maridos e os outros homens da casa, a transformarem o lar em um lugar seguro, sem armas. O equívoco e a desinformação de uma parte da família não justifica que ameacem a sua própria família no intuito de protegê-la. Dizendo a eles que por trás do pretexto da autodefesa, os homens não podem violar o direito que as mulheres e seus filhos tem de ter um lar seguro, posto em risco a vida por uma atitude de irresponsabilidade de um membro desta família.

Segundo, a redução da oferta, ou seja, o controle do contrabando e fiscalização sobre a produção, venda, exportação e importação de armas e munições. Ao contrário das drogas, cuja produção e consumo é essencialmente clandestina, as armas, em quase sua totalidade, são produzidas legalmente, até que em certo ponto de sua comercialização são desviadas para o mercado ilícito. São portanto, passíveis de serem controladas na medida em que exista vontade política.

Baseando-se nos dados que comprovam o impacto das armas na saúde pública, os riscos que elas trazem para a sociedade e a importância de controlar o mercado legal para diminuir o ilegal, a sociedade civil organizada depois de vários anos, conseguiu a votação da melhor lei de controle de armas do continente: o Estatuto do Desarmamento, aprovado em Dezembro de 2003. O que ele determina? Além de tornar mais difícil a compra de uma arma de fogo, proibiu o porte de arma para o cidadão comum. Agora é crime inafiançável com penas de até 6 anos. Em São Paulo, por exemplo, no decorrer da nova lei, o número de armas em circulação caiu em 24%. O Estatuto também determinou que fosse realizado, em outubro de 2005, um Referendo Popular para abolir o comércio de armas no Brasil.

Estes pontos foram bastante divulgados porque têm impacto direto na vida da população. No entanto, o Estatuto do Desarmamento é muito mais do que isso. Ele fornece meios para a polícia lutar contra o contrabando, com a integração das bases de dados relativas a armas no Brasil, do SIGMA do Exército, com informações sobre produção, comercialização, exportação, importação, comércio varejista, arsenais das forças de segurança pública e armas em poder de caçadores, atiradores e colecionadores e do SINARM, da Polícia Federal, com informações sobre armas registradas, portes concedidos e armas apreendidas. Graças a essa integração, agora podem ser rastreadas as armas apreendidas nas mãos de bandidos e desmontadas as rotas do tráfico.

O Estatuto prevê a marcação de todas as armas, o que pode ajudar muito a elucidação de crimes e a investigação das fontes do contrabando. A marcação das munições vendidas para forças de segurança pública ajuda a combater os desvios nestas organizações. A lei também ficou mais dura para o crime de tráfico ilegal de armas (antes era a mesma coisa ser traficante de armas do que de cigarros ou CDs).

Essa lei é uma grande avanço para o controle das armas, todas as armas, neste país e já começou a influenciar outros países da re-

gião como Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai que começaram a revisar suas leis domésticas baseando-se no modelo brasileiro.

Por fim, o controle de estoques que inclui a reforma de depósitos, a destruição dos excedentes de armas e programas de entrega voluntária.

Como uma forma de reduzir o número de armas nas mãos de civis, existem experiências positivas a nível estatal ou local, de compra de armas e programas de entrega voluntária. No Brasil, entre Julho de 2004 e Outubro de 2005 foi realizada a segunda maior campanha de entrega de armas no mundo: recolheu 450 000 armas ! Baseada numa anistia, essa campanha permite a qualquer um entregar uma arma, mesmo ilegal, no anonimato, e receber uma indenização federal em troca da arma.

As armas estocadas correm um grande risco de serem desviadas para o mercado ilegal, roubadas ou vendidas ilegalmente graças a corrupção. Por isso, é necessário que os estados destruam seus estoques de armas. No Rio de Janeiro, em 24 de junho de 2001, 20.000 pessoas participaram da maior destruição pública de armas no mundo: 100.000 armas que provinham de estoques de armas confiscadas pela polícia foram esmagadas por tratores sob uma nuvem de pétalas de rosas e depois encaminhadas para serem fundidas.

A destruição foi organizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Exército Brasileiro e pela ONG Viva Rio. Nesta ocasião os feitos inéditos chamaram a atenção: a colaboração entre sociedade civil e os militares brasileiros a fim de conscientizar a opinião pública sobre a violência armada, assim como sobre a quantidade inédita de armas destruídas. Essa aliança serve para reforçar a idéia de que o Estado deve se aproximar da sociedade civil para enfrentar os problemas de segurança pública e em particular da proliferação de armas. O evento público também foi respaldado por associações comunitárias e estudantis, artistas e músicos. Privilegiando a presença de um grande público e a participação do cidadão, esta cerimônia demonstrou a dimensão simbólica e pedagógica que uma destruição

de armas pode ter. Se os atos de destruição são abertos ao público, acompanhados de discursos e figuras públicas falando da importância do desarmamento para reduzir a violência, se agrega uma função educativa que pode ajudar a estigmatizar o uso de armas e potencializar futuras ações em favor do desarmamento.

O referendo

No dia 23 de outubro, cidadãos e cidadãs com mais de 18 e menos de 70 anos vão às urnas para responder SIM ou NÃO à pergunta: “O comércio de armas de fogo e munições deve ser proibido no Brasil?”. Será o primeiro referendo da história do Brasil e também o primeiro no mundo sobre o tema. Vai ser uma oportunidade única para o povo brasileiro mostrar em que tipo de sociedade ele acredita e quer deixar para seus filhos: um Brasil onde 108 pessoas são mortas com arma de fogo por dia, ou um Brasil diferente, com coragem para se despir de falsa proteção. A vitória do sim poderia ser o início de uma nova história, uma “virada de página” na questão da (in)segurança no Brasil.

Pela primeira vez, uma pesquisa conseguiu retratar o universo das armas no país. As conclusões são assustadoras. Estima-se o número total de armas em circulação no Brasil em 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), 90% em mãos civis. Está na hora deste país se desarmar.

Proibir o comércio legal de armas ajudará também a controlar o fluxo de armas ilegais. Segundo pesquisa feita junto à Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos do Rio de Janeiro (DFAE-PCRJ), do total de armas apreendidas pela polícia de 1993 a 2003, 80% são armas de calibre permitido (revólveres e pistolas), 76% são brasileiras, 30% delas têm registro legal. As armas compradas legalmente correm o risco de cair nas mãos erradas, através de roubo, perda ou revenda.

A abolição do comércio de armas de fogo e munição não vai resolver todos os problemas. Temos que continuar lutando pelos

direitos humanos, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias. Mas é preciso dar esse passo, e começar a controlar a violência no Brasil. Hoje, este passo está a nosso alcance.